

Acordo da dívida pode sair hoje

16 MAR 1993

■ Adesão dos bancos leva Brasil ao pagamento de US\$ 160 milhões ainda este mês

BRASÍLIA — O governo brasileiro poderá concluir hoje a primeira fase do acordo com os bancos privados e pagar este mês US\$ 160 milhões aos credores se antes das duas horas desta madrugada (meia-noite em Nova Iorque) os bancos tiverem aderido ao acordo de renegociação da dívida externa. Até sexta-feira à noite as adesões, feitas via Citibank e BC, já tinham atingido cerca de 95% do total.

Os US\$ 160 milhões são uma antecipação dos juros atrasados que se acumularam no período de 1º de janeiro a 9 de julho de 1992. No período o Brasil estava pagan-

do apenas 30% dos juros que venciam e comprometeu-se a aumentar o índice para 50% quando fechasse um acordo. Esses 20% que faltam atingem US\$ 320 milhões, dos quais metade podem ser pagos agora como sinal de boa vontade. Desse pagamento, US\$ 80 milhões são de responsabilidade do Banco Central e US\$ 80 milhões de devedores privados.

O Brasil está propondo seis papéis como alternativa para a renegociação com os credores, com destaque para o bônus ao par e o bônus de desconto. No primeiro, o Brasil oferece títulos do Tesouro americano como garantia do paga-

mento mas paga juros fixos semelhantes aos oferecidos pelo título. É o mecanismo preferido dos credores, pela segurança que oferece. O segundo mais utilizado é o bônus de desconto, em que o credor perdoo 35% do valor da dívida brasileira mas recebe em troca remuneração com juros de mercado.

O Brasil avisou aos bancos que não aceitará que eles se concentrem na primeira opção. Assim, se não houver o equilíbrio desejado, as alternativas escolhidas serão re-discutidas junto com o BC, como prevê o *term sheet*. O acordo prevê que os próprios bancos terão quin-

ze dias para mudar voluntariamente sua opção se perceberem que a composição não agrada ao Brasil. Se isto não ocorrer, o Brasil poderá pedir até duas novas rodadas de negociações. O acordo só perderá a validade se não houver consenso após a terceira tentativa, ou até o dia 30 de novembro.

O Senado terá papel fundamental neste processo, pois dará a palavra final sobre a posição do Brasil. Se em algum momento o Executivo anunciar que a composição de papéis reivindicada pelos credores é satisfatória, ele terá que remeter a proposta aos senadores.